

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCBA Nº 2023/000585

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: ROBERTO SCHULZE

EMENTA. FISCALIZAÇÃO. PROFISSIONAL CONTÁBIL. RESPONSABILIDADE TÉCNICA. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL MANTIDA SEM REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. DEFESA NÃO APRESENTADA. REVELIA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO REJEITADO. RECURSO VOLUNTÁRIO. ALEGAÇÕES DE BOA-FÉ, AUSÊNCIA DE PREJUÍZO, DESPROPORCIONALIDADE DA PENALIDADE E IRREGULARIDADES FORMAIS. NÃO ACOLHIMENTO. INFRAÇÃO CONFIGURADA. PENALIDADES MANTIDAS. 1. PROCESSO INSTAURADO COM A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2023/000621, EM 13/09/2023, POR EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS EM ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL SEM O DEVIDO REGISTRO CADASTRAL NO CRC/BA. 2. O AUTUADO, REGULARMENTE NOTIFICADO, DEIXOU DE APRESENTAR DEFESA, SENDO DECLARADO REVEL. PRIMÁRIO. 3. EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, APLICADA A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.685,00 (DOIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS) E ADVERTÊNCIA RESERVADA, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEAS “B” E “G”, DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ITEM 20, ALÍNEA “A”, DO CEPC (NBC PG 01), ARTS. 56 E 57 DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/2020 E RESOLUÇÃO CFC Nº 1.680/2022. 4. O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO INTERPOSTO PERANTE O CRC/BA FOI REJEITADO, MANTENDO-SE AS PENALIDADES. 5. EM RECURSO VOLUNTÁRIO, O INTERESSADO ALEGOU BOA-FÉ, AUSÊNCIA DE PREJUÍZO A TERCEIROS, DIFICULDADES FINANCEIRAS, DESPROPORCIONALIDADE DA PENALIDADE E SUPOSTAS IRREGULARIDADES NAS INTIMAÇÕES. 6. TAIS ALEGAÇÕES FORAM AFASTADAS, PORQUANTO RESTOU COMPROVADA A OBRIGAÇÃO LEGAL DE REGISTRO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS DESDE SUA CONSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DA LEI Nº 6.839/80 E RESOLUÇÃO CFC Nº 1.555/2018, SENDO REGULAR O PROCESSO, COM OBSERVÂNCIA DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. 7. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. PENALIDADES MANTIDAS.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.685,00 (DOIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS) E PENA ÉTICA DE ADVERTÊNCIA RESERVADA**, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEAS “B” E “G” DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ITEM 20, ALÍNEA “A” DO CEPC (NBC PG 01), ARTS. 56 E 57 DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E RES. CFC Nº 1.680/2022. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 441ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 473ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/03/2025.